



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO INÉDITO

DPE GO

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 - Esta prova é focada no concurso da DPE-GO.
- 2 - A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do regulamento do concurso.
- 3 - **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 - Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 - Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-22-03>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

01. Sobre a evolução histórica do constitucionalismo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) No Novo Constitucionalismo Latino-Americano, temos um movimento social, político e jurídico fruto de reivindicações e manifestações populares, com o objetivo de alcançar maior legitimidade democrática para a Constituição, notadamente com a participação política de grupos historicamente excluídos do cenário políticos.

b) O Supraconstitucionalismo almeja uma convivência cooperativa entre ordens jurídicas constitucionais e internacionais, por meio de um entrelaçamento entre o Direito Interno e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

c) No Constitucionalismo do futuro, José Roberto Dromi prevê a existência de valores que deverão estar presentes nas próximas Constituições, tal como a verdade, solidariedade, universalização, continuidade, integração, consenso e participação.

d) A experiência constitucional americana proporcionou o desenvolvimento de temas inerentes ao controle de constitucionalidade, federalismo, república e presidencialismo.

e) Parte da doutrina defende a existência de um constitucionalismo antigo, o qual possui como exemplo a experiência do Estado Hebreu, onde tínhamos limitações do Governo pelas denominadas “Leis do Senhor”.

02. Sobre o neoconstitucionalismo e sua relação com a Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O efeito *backlash* se refere a uma forte reação da sociedade ou de algum dos Poderes à algum ato do Poder Público – seja uma decisão judicial, ato administrativo ou lei emanada do legislativo.

b) O marco filosófico do neoconstitucionalismo está relacionado ao pós-positivismo.

c) Uma das consequências do neoconstitucionalismo se refere a expansão da jurisdição constitucional.

d) Com o neoconstitucionalismo, temos o surgimento de princípios com força normativa e valores extremamente importantes para nortear o operador do Direito, dando ensejo a uma nova hermenêutica constitucional.

e) Os defensores públicos devem atuar buscando concretizar a força normativa da Constituição, notadamente em relação aos direitos fundamentais dos vulneráveis, uma vez que a Constituição não possui força normativa para conformar a realidade.

03. Sobre as concepções de Constituição, assinale a alternativa CORRETA:

a) De acordo com Ferdinand Lassale, a Concepção Sociológica aduz que a constituição escrita reflete os fatores reais de poder.

b) De acordo com a Concepção Política de Hans Kelsen, existe uma diferenciação entre constituição propriamente dita e leis constitucionais.

c) Conforme a Concepção Jurídica, seu maior expoente na doutrina brasileira realiza uma diferenciação entre Constituição em sentido jurídico-positivo e Constituição em sentido lógico-jurídico.

d) De acordo com Konrad Hesse, para que seja concretizada a força normativa da Constituição, basta a vontade de poder.

e) Na Concepção Política, não se discute a ideia de normas materialmente e formalmente constitucionais.

04. Acerca das classificações das Constituições, analise as assertivas abaixo, destacando a alternativa INCORRETA:

- a) Na constituição democrática, temos uma constituição feita por representantes do povo, eleitos livremente, especificamente para esse fim.
- b) A constituição será dogmática quando representar os dogmas e valores de determinado momento histórico.
- c) Caso a constituição seja imposta, mas passe por um plebiscito ou referendo, a constituição será czarista.
- d) Será concisa, quando trazer apenas conteúdo materialmente constitucional, sendo um caso típico das constituições liberais.
- e) A Constituição Simbólica estabelece que determinadas normas constitucionais possuem certa carga simbólica, em que pese não terem uma hipertrofia da função simbólica.

05. Acerca dos temas das normas constitucionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As normas constitucionais possuem determinadas peculiaridades, notadamente por conta da sua posição no sistema, natureza da linguagem, conteúdo e dimensão política.
- b) De acordo com José Afonso da Silva, as normas de eficácia contida não são autoaplicáveis, possuindo aplicabilidade indireta (depende de uma outra vontade), mediata e reduzida.
- c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a interpretação da norma programática não pode transformá-la em promessa constitucional inconsequente.
- d) A norma de eficácia plena possui aplicabilidade direta, imediata e integral.
- e) De acordo com a Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

06. Em relação ao estado de coisas inconstitucional, analise as afirmativas e, ao final, assinale a alternativa CORRETA:

I - possui origem na Colômbia.

II - ocorre quando estamos diante de grave e permanente violação de direitos fundamentais.

III - A omissão do Poder Público deve ser comprovada.

IV - A solução pode ser pontual.

Estão corretas as alternativas:

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) II e III.

07. Acerca dos direitos fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A corrente positivista de fundamentação filosófica dos direitos fundamentais defende que os direitos fundamentais decorrem do direito positivo, sendo certo que os direitos naturais não sairiam do plano da metafísica, não passando de diretrizes morais.

b) De acordo com a teoria dos quatro status de Jellinek, o status passivo refere-se ao espaço de liberdade dos indivíduos com relação as ingerências dos Poderes Públicos.

c) Pessoa jurídica possui direitos fundamentais no que couber, uma vez que se ressalvam os direitos não suscetíveis, por sua natureza, de serem exercidos pela pessoa jurídica.

d) Os estrangeiros possuem direitos fundamentais, cabendo à Defensoria Pública, em casos envolvendo situações de vulnerabilidade, tal como ocorre nas questões dos refugiados, a tutela dos direitos humanos.

e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

08. A doutrina procura destacar algumas características inerentes aos direitos fundamentais. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, corroborando a ideia de historicidade dos direitos fundamentais.

b) Os direitos fundamentais não podem ser renunciados, o que não confunde com o seu não exercício. Porém, alguns doutrinadores sustentam que determinados direitos podem não ser exercidos, desde que não viole a dignidade.

c) A proteção dos direitos fundamentais é imprescritível, o que não se confunde com a possibilidade de prescrição da reparação econômica. Ainda assim, há precedente no de que não prescreve a ação indenizatória referente a perseguição política e tortura durante o regime militar.

d) Quando estamos diante de hard cases tal como casos envolvendo transfusão de sangue em pessoas praticantes da religião Testemunha de Jeová, pode-se destacar a característica da relatividade.

e) A ideia de dimensões dos direitos fundamentais reflete a característica da historicidade, uma vez que os Direitos Humanos se formam por meio do processo histórico, ao longo do tempo, por meio da convivência coletiva.

09. A Defensoria Pública possui forte atuação na defesa dos direitos fundamentais, em especial da população vulnerável, seja de forma judicial ou extrajudicial, individual ou coletiva. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

a) A ideia da reserva do possível irá analisar limitações fáticas inerente à falta de recursos financeiros, prescindindo da análise de limitações jurídicas.

b) O acesso à justiça não faz parte da noção de mínimo existencial.

c) O princípios da proporcionalidade possui origem no direito norte-americano e está relacionada à ideia de devido processo legal.

d) No que tange aos subprincípios do princípio da proporcionalidade, a ideia de adequação significa que não pode existir meio menos gravoso para atingir a finalidade pretendida.

e) A ideia de vedação do retrocesso social busca assegurar níveis gerais de proteção social alcançados, assegurando estabilidade às relações jurídicas, vedando medidas destinada a reduzi-los. Porém, em virtude de diversas crises econômicas pelo mundo, vem ganhando força a doutrina que compreende a vedação do retrocesso como um princípio político, permitindo-se restrições, de forma excepcional e fundamentada, desde que não afete a proporcionalidade e o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

10. A Defensoria Pública possui a missão constitucional de promover os Direitos Humanos. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Caso um tratado de Direitos Humanos não seja aprovado na forma do art. 5º, §3º, CF, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, ele terá status supralegal.

b) Tanto a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, como também o tratado que busca facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, foram incorporados na forma do art. 5º, §3º, CF.

c) Para que um tratado seja formalmente constitucional, basta ter sido aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara e Senado), em dois turnos de votação, por 3/5 dos votos dos respectivos membros.

d) Os tratados de Direitos Humanos aprovados pelo procedimento do art. 5º, §3º, CF, fazem parte do bloco de constitucionalidade, juntamente com os dispositivos previstos nas emendas constitucionais que não foram incorporados ao texto da Constituição.

e) O direito fundamental à internet pode ser extraído por meio da análise de toda normativa que compõe o bloco de constitucionalidade.

DIREITOS HUMANOS

11. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou em relação ao Depositário Infiel. Diante da Convenção Americana de Direitos Humanos e do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) O Supremo Tribunal Federal ao interpretar o art. 5º, inc. LXVII e §§ 1º, 2º e 3º, da CF, à luz do art. 7º, § 7, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) reconheceu a inconstitucionalidade da prisão civil em razão da pessoa ser depositário infiel.

b) Com fulcro no artigo 7º, §7º da Convenção Americana de Direitos Humanos no julgamento do RE 466.343 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que qualquer prisão civil é inconstitucional.

c) No plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que “ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que “ninguém deve ser detido por dívidas. Assim, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia supralegal (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel.

d) O Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia constitucional (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel. Isto porque, no plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que “ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que “ninguém deve ser detido por dívidas.

e) No plano do direito internacional dos direitos humanos, notadamente em virtude do enfoque pautado pelo controle de convencionalidade, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, no seu artigo 11, estabelece que “ninguém poderá ser preso apenas por não poder cumprir com uma obrigação contratual”, ao passo que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), no artigo 7, nº 7, consagra que “ninguém deve ser detido por dívidas. Assim, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que em razão da hierarquia supralegal (STF) dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos não teria ocorrido a revogação da prisão do depositário infiel, mas um efeito paralisante sobre a toda a legislação infraconstitucional que dispusesse de forma contrária aos textos internacionais, deixando de existir base legal para a prisão do depositário infiel

12. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos analisou recentemente o caso Luiza Melinho que tratou, de maneira principal, do direito:

- a) À vida
- b) À saúde da criança com deficiência
- c) À moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado
- d) A violação do contraditório e a ampla defesa
- e) À realização de cirurgia de afirmação sexual.

13. Marque a alternativa CORRETA em relação ao Princípio da Presunção de Inocência e as garantias penais e processuais no Sistema Interamericano:

a) O princípio da presunção de inocência embora esteja previsto na Constituição Federal de 1988 não tem previsão expressa no Sistema Global e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

b) O princípio da presunção de inocência apresenta eficácia irradiante para todo o ordenamento jurídico, com possibilidade de extensão desse princípio no âmbito do processo eleitoral, eis que em razão da otimização e da maximização do sistema interno e internacional dos Direitos Humanos o princípio deve ser amplamente interpretado.

c) O Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), no seu artigo 8 (2) estabelece: "toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência ainda que se comprove legalmente sua culpa".

d) No âmbito dos Direitos Humanos, apenas o Sistema Interamericano de Direitos Humanos prevê expressamente a proteção do princípio da presunção de inocência, eis que no Sistema Global não há previsão expressa, sendo decorrente de um costume internacional.

e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a consagração da Presunção de Inocência em seu texto de forma expressa, porém o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, ainda que incorporado no ordenamento jurídico pátrio, deixou de prever expressamente o referido princípio.

14. Em relação ao caso “A última Tentação de Cristo” da Corte IDH, assinale a alternativa correta:

a) Trata-se do principal precedente envolvendo a liberdade de expressão na jurisprudência da Corte IDH, razão pela qual as normas constitucionais originárias podem ser objeto de controle de convencionalidade.

b) O direito à liberdade de expressão está expressamente previsto na Convenção

Interamericana de Direitos Humanos, mas não na Declaração Universal de 1948.

c) O direito à liberdade de expressão não possui uma dupla dimensão, eis que abrange unicamente o direito e a liberdade de se expressar (dimensão individual) e não a liberdade de buscar e disseminar informações (dimensão social).

d) A Convenção Americana de Direitos Humanos não prevê a hipótese de restrição do direito à liberdade de expressão, afastando-se de qualquer dever de indenizar eventual manifestação, eis que a corte já reconheceu a ampla, geral e irrestrita liberdade de se expressar, buscar e disseminar informações.

e) O crime de desacato não viola a liberdade de expressão, eis que está intimamente ligado a honra do funcionário público e o exercício da função.

15. Em relação ao “Caso Gomes Lund vs Brasil”, assinale a alternativa correta:

I – A Corte fez um retrospecto histórico, situando o período da ditadura no Brasil, bem como as circunstâncias da Guerrilha do Araguaia. Pela Corte foi esclarecido que ela somente teria competência para pronunciar-se acerca dos fatos posteriores a 10 de dezembro de 1998, data em que o Brasil reconheceu a competência contenciosa do Tribunal.

II – O caso foi julgado em 24 de novembro de 2010, quando o Brasil foi absolvido, pois foi reconhecido que o caso “Guerrilha do Araguaia” teria sido praticado em um período ditatorial e que as informações e o direito à liberdade tinham sido restringidos pelo AI 5, o que era admitido e permitido, inclusive internacionalmente.

III Concluiu a Corte pela condenação do Brasil por ter infringido o direito à liberdade de expressão. Desse modo, deveriam ser prestadas as informações demandadas pelos familiares dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, pois estes possuiriam o direito de saber o que efetivamente aconteceu, mas ainda que comprovado o óbito, até em razão do tempo, não fariam jus de saber o local do sepultamento.

Estão CORRETAS as alternativas:

- a) I, II, III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Apenas a alternativa I.
- e) Todas as alternativas estão erradas.

16. Assinale a alternativa correta em relação a Justiça de Transição, assinale a alternativa correta:

I) O Brasil foi condenado pelo Caso Gomes Lund, também conhecido como Guerrilha do Araguaia, tendo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos reconhecido os desaparecimentos forçados como graves violações de Direitos Humanos e, portanto, de natureza imprescritível.

II) O Brasil foi condenado pelo Caso Gomes Lund, também conhecido como Guerrilha do Araguaia em decisão recorrível, de modo que ainda está pendente a decisão soberana da Corte Internacional de Justiça.

III) A decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso “Gomes Lund e outros” consolida a jurisprudência interamericana a respeito das leis de anistia e a incompatibilidade com a obrigação do Estado de buscar a verdade e investigar, processar e punir violações contra a humanidade, em consonância com o entendimento do Direito Internacional de Direitos Humanos.

IV) Apesar do STF considerar a Lei de Anistia recepcionada pela ordem constitucional, pode-se concluir que a Lei de Anistia brasileira é inconveniente, já que viola as convenções de direitos humanos e regras de Jus cogens.

A alternativa correta seria:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão erradas.
- c) Apenas a alternativa I e II estão corretas.
- d) Apenas uma alternativa está errada.
- e) Estão corretas apenas as afirmações II e III.

17. Celebramos no ano de 2018 os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela qual todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito, o que é assemelhado à frase inicial de Rousseau no clássico Do contrato social, na qual afirmou que o homem nasce livre. Assinale a alternativa correta em relação a irradiação dos Direitos Humanos no plano jurídico brasileiro.

a) A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) possui uma jurisprudência modesta no âmbito do direito à saúde. No Brasil, a primeira condenação remonta ao relevante caso Ximenes Lopes vs. Brasil de 2014. A Corte afirmou que o Estado brasileiro tem o dever de assegurar uma prestação médica eficaz às pessoas com essa mesma deficiência e que obrigação se traduz no dever estatal de garantir o acesso a serviços de saúde básicos; à promoção da saúde mental e à prevenção das deficiências mentais.

b) A Corte afirmou que o Estado brasileiro tem o dever de assegurar uma prestação médica eficaz às pessoas para as pessoas com deficiência e que a obrigação se traduz no dever estatal de garantir o acesso a serviços de saúde básicos; à promoção da saúde mental e à prevenção das deficiências mentais.

c) A Corte Interamericana de Direitos Humanos asseverou que a obrigação do Estado quanto à garantia de uma inspeção, vigilância e controle da prestação de serviço de saúde, abrangeria apenas as entidades públicas que prestam serviços públicos de saúde, eis que as privadas poderiam em razão da natureza contratual dispor de maneira diversa.

d) Ainda que condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil não teria responsabilidade de adotar as medidas impostas na decisão, eis que decisão recorrível pendente de confirmação pelo Supremo Tribunal Federal.

e) O caso Ximenes Lopes é um dos exemplos de casos em que o Brasil foi submetido perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e não a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

18. Nos últimos dois anos aconteceram atendimentos mais constantes às pessoas transgênero na Defensoria Pública, diante desse cenário, assinale a alternativa INCORRETA, levando em consideração as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Supremo Tribunal Federal, quanto a pretensão de alterar o prenome e o gênero do assento de nascimento:

a) Em respeito a afirmação de gênero e o respeito a auto identidade, o direito dos transexuais à retificação do prenome e do sexo/gênero no registro civil não é condicionado à exigência de realização da cirurgia de transgenitalização.

b) Nas certidões do registro constará observação sobre a origem do ato, vedada a expedição de certidão de inteiro teor, salvo a requerimento do próprio interessado ou por determinação judicial, eis que prevale a segurança jurídica dos documentos públicos e a fé pública.

c) Em respeito à dignidade da pessoa humana, independe de prévia autorização judicial ou da comprovação de realização de cirurgia de redesignação sexual e/ou de tratamento hormonal ou patologizante, assim como de apresentação de laudo médico ou psicológico, a alteração do nome e gênero no assento de nascimento.

d) O STF, em respeito ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, deu seu posicionamento sobre o tema pelo julgamento da ADI 4275, no qual reconheceu aos transgêneros a possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo.

e) A jurisprudência do sistema interamericano já estabeleceu que a orientação sexual, a identidade de gênero e a não discriminação por motivos de gênero são componentes fundamentais da vida privada das pessoas.

19. Assinale a alternativa correta em relação a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher (1979):

a) Foi a primeira convenção internacional de direitos humanos para tratar sobre a Violência

Contra a Mulher, eis que até o momento esse tema não tinha sido disciplinado em outra convenção, tratado, ou norma internacional.

b) Foi mundialmente conhecida como a convenção internacional com maior números de reservas. O Estado Brasileiro, em respeito ao direito da mulher, foi o único Estado Membro da ONU que não apresentou qualquer tipo de reserva.

c) O ONU entendeu que essa legislação não integrava o Direito Internacional dos Direitos Humanos, , eis que a defesa das mulheres deve ser disciplinada por legislação doméstica e não pelos Direitos Humanos.

d) As ações afirmativas podem ser consideradas como discriminações negativas, pela qual os Estados podem adotar medidas especiais perenes, com o objetivo de acelerar o processo de igualização de status entre homens e mulheres.

e) As ações afirmativas podem ser consideradas como discriminações positivas, pela qual os Estados podem adotar medidas especiais temporárias, visando acelerar o processo de igualização de status entre homens e mulheres.

20. De acordo com Hannah Arendt “A cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público. É este acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do Processo de asserção dos direitos humanos.” Diante do texto, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Direito Internacional dos Direitos Humanos se consolidou no período pós guerra, partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) Nascidos dos horrores da Era Hitler, e da resposta às atrocidades cometidas a milhões de pessoas durante o nazismo, os acordos internacionais protetivos dos direitos da pessoa humana têm criado obrigações e responsabilidades para os Estados no que diz respeito às pessoas sujeitas à sua jurisdição.

b) Em respeito ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, a soberania estatal foi

flexibilizado, não sendo mais admitida como absoluta. Há um abalo dramático com a crescente preocupação em se efetivar os direitos humanos no plano internacional, passando a sujeitar-se a soberania estatal às limitações decorrentes da proteção desses mesmos direitos.

c) assim, a partir do surgimento da Organização das Nações Unidas, em 1945, e da consequente aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o Direito Internacional dos Direitos Humanos começa a aflorar e solidificar-se de forma definitiva, gerando, por via de consequência, a adoção de inúmeros tratados internacionais destinados a proteger os direitos fundamentais dos indivíduos, respeitando a dignidade da pessoa humana.

d) Dentro do âmbito da Organização das Nações Unidas, surge um sistema global de proteção dos direitos humanos, tanto de caráter geral (a exemplo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos), como de caráter específico (v.g., as Convenções Internacionais de combate à tortura, à discriminação contra as mulheres, à violação dos direitos das crianças etc.) visando a plena e máxima efetivação dos Direitos Humanos.

e) O Direito Internacional dos Direitos Humanos não rompe com a distinção clássica regida existente entre Direito Público e Direito Privado, eis que não regula relações privadas e sim apenas relações estatais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a legislação específica do Estado de Goiás, o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

b) A ideia de “Fuga do Direito Administrativo” traduz a compreensão de que os institutos típicos desse ramo do direito têm sido aplicados em outros contextos, ou seja, eles têm “fugido” do Direito Administrativo e sido aplicado em outros ramos.

c) A Supremacia do interesse público sobre o privado preconiza, de maneira geral, a superioridade do interesse público secundário diante do conflito com o interesse privado.

d) A vedação ao nepotismo alcança também o chamado “nepotismo cruzado”, mas admite flexibilização por meio de lei.

e) A exigência de lei formal é critério crucial para a efetiva vedação do nepotismo no Brasil, tendo em vista o princípio da legalidade, pelo qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

22. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) É sempre passível de convalidação o ato administrativo que apresente vício quanto à sua forma.

b) O silêncio administrativo possui natureza jurídica de ato administrativo, de modo que a ausência de manifestação administrativa representa a denegação do pleito.

c) O Tribunal de Contas tem o prazo de 5 anos para apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria.

d) Vigora no âmbito administrativo o princípio do formalismo estrito.

e) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição

23. A Administração Pública é submetida a diversos princípios que a regem, entre eles a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Para aprimorar a atuação administrativa, é fundamental entender e adequar as melhores formas de organização administrativa. Acerca do tema responde:

- a) A descentralização se opõe a concentração, tratando-se de conceitos opostos.
- b) A desconcentração diz respeito a transferências de atribuições a órgão diverso dentro de uma estrutura hierarquizada.
- c) As agências executivas são as chamadas autarquias em regime especial, como a ANATEL, a ANP e a ANEEL.
- d) As autarquias são submetidas a chamada supervisão ministerial ou controle finalístico, pelo qual a entidade hierarquicamente superior da Administração Direta exerce seu controle.
- e) Os consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado não integram a Administração Pública, pelo que não precisam licitar nem prestar contas ao Tribunal de Contas.

24. O serviço público deve ser prestado de maneira adequada, de modo que se considera adequado o serviço que atende os princípios da generalidade, modicidade, atualidade, continuidade dos serviços públicos, entre outros, conforme a Lei 8.987/95. Dentro desse contexto, assinale a alternativa incorreta:

- a) O serviço de energia elétrica pode ser interrompido por motivos de razões técnicas ou de segurança independentemente de aviso prévio.
- b) Um hospital público não pode ter o fornecimento de energia elétrica interrompido em decorrência de falta de pagamento, assim como uma piscina pública municipal, pois são integrantes do Poder Público.
- c) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos de usuário anterior, em razão da natureza pessoal da dívida.
- d) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando a

inadimplência do usuário decorrer de débitos pretéritos, uma vez que a interrupção pressupõe o inadimplemento de conta regular, relativa ao mês do consumo.

- e) Não é possível o corte no fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, em razão da possibilidade de meios próprios de cobrança do débito e com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana.

25. João, prefeito de determinado município, juntamente com José, seu amigo de longa data, e empresário do ramo mobiliário, uniram-se para fraudar licitação que objetivava comprar cadeiras e mesas escolares para uma escola pública. O prefeito, comprovadamente, recebeu 10% do valor do contrato para “facilitar” a contratação da “móveis para você”, pessoa jurídica representada por José, ainda que por valor maior do que poderia ser encontrado no mercado. As cadeiras e mesas foram devidamente entregues. Assinale a alternativa correta:

- a) Houve a prática de ato de improbidade administrativa por João, prefeito, na espécie de dano ao erário, que pode ser verificada tanto se praticada com culpa quanto com dolo.
- b) José, como particular, não pode responder por ato de improbidade administrativa.
- c) A prescrição da ação de improbidade no caso narrado ocorrerá em 5 anos contados da prática do ato pelo prefeito, independentemente da sanção pleiteada.
- d) Tendo em vista o fato de o ato de improbidade verificado envolver agente político, faz-se necessário observar o foro por prerrogativa de função constitucionalmente estabelecido.
- e) O prefeito deve responder por improbidade administrativa geradora de enriquecimento ilícito juntamente com José, que também responde por improbidade, mesmo sem possuir vínculo com a Administração Pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Sobre os impostos de competência municipal é incorreto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros podem instituir o imposto sobre serviços de qualquer natureza em seus respectivos municípios, desde que o façam mediante lei complementar.
- b) O ITBI é um imposto de competência Municipal.
- c) O ISS é um imposto municipal que pode ser instituído por lei ordinária, observados os requisitos constitucionais e as diretrizes estabelecidas pela lei complementar nacional.
- d) É defeso ao Município atualizar a base de cálculo do IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) O IPTU pode ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

27. Acerca da interpretação e integração da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.
- b) na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará, sucessivamente, na ordem indicada, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.
- c) a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se sempre da maneira mais favorável ao acusado, desde que sua conduta não seja dolosa.
- d) do emprego da analogia poderá resultar exigência de tributo não previsto em lei.
- e) Pode-se interpretar extensivamente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção ou dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

28. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta:

- a) O IPVA pode incidir sobre embarcações e aeronaves, desde que exista lei estadual nesse sentido.
- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Mesmo após a Emenda Constitucional 33/2001, é inconstitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS incide na operação de arrendamento mercantil internacional, mesmo quando não configurada a transferência da titularidade do bem.
- e) O ICMS compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.

29. Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Não incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista a imunidade recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.
- b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.
- c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.
- d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) A imunidade da alínea d do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal alcança componentes eletrônicos destinados, exclusivamente, a integrar unidade didática com fascículos.

30. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

e) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

PRINCIPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DPE-GO

31. O conhecimento institucional da Defensoria Pública pode ser analisado e estudado por meio da evolução legislativa e constitucional. Marque a alternativa INCORRETA sobre a evolução histórica da prestação da assistência judiciária/jurídica nas constituições e leis Brasileiras:

a) A Constituição de 1937 não trouxe qualquer previsão acerca da assistência judiciária no Brasil.

b) A Constituição de 1824 trouxe algumas disposições com direitos de primeira dimensão, mas nada previu acerca da assistência judiciária.

c) A Constituição Federal de 1934 estabeleceu que caberia à União e aos Estados conceder aos necessitados assistência judiciária, criando órgãos especiais, nada abordando acerca dessa assistência pelos municípios.

d) A Lei Complementar nº 132/2009 alterou e atualizou a Lei Complementar nº 80/94, trazendo inúmeras inovações no que tange a atuação em tutela coletiva e na defesa de grupos vulneráveis.

e) A Emenda Constitucional nº 80/94 estabeleceu que, no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, sendo certo que, durante esse prazo, a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de exclusão social e marginalização econômica.

32. Em uma região denominada Cracolândia, houve uma atuação do Poder Público despejando, de maneira forçada, pessoas de suas residências, sendo certo que muitas dessas pessoas nem mesmo conseguiram pegar seus documentos ou pertences pessoais. Como se não bastasse, inúmeras pessoas foram presas para “averiguação”. Em virtude dos fatos narrados, a atuação institucional ocorreu de forma paradigmática, uma vez que apresentou contornos sociais/solidarista, deixando de lado uma atuação com viés puramente liberal/individual/econômico. Acerca do tema, considerando esse viés contemporâneo da atuação da Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a Defensoria Pública, na sua função de *ombudsman*, não poderia realizar atuação *in loco* ou de ofício.
- b) em que pese a existência de uma atuação estratégica, não poderíamos ter uma atuação multidisciplinar.
- c) a Defensoria Pública poderia firmar Termo de Ajustamento de Conduta, expedir recomendações, mas não poderia instaurar procedimento administrativo instrutório para fundamentar eventual ação coletiva.
- d) o novo viés de atuação defensorial, com cunho solidarista, possui como exemplo a atuação institucional na função de *custos vulnerabilis*.
- e) A atuação institucional não poderia contar com a participação popular.

33. O Novo Código de Processo Civil possui regramento específico acerca da Gratuidade de Justiça. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Atualmente, de forma a superar obstáculos econômicos, a doutrina defende a gratuidade de justiça para fora do processo, existindo previsão expressa de gratuidade de justiça dos serviços notariais.
- b) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é possível se aferir a gratuidade de justiça a partir da situação econômica do representante legal do menor.

c) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

d) A Lei n. 1.060 de 1950 não foi totalmente revogada pelo Novo Código de Processo Civil.

e) A pessoa jurídica terá direito a gratuidade de justiça. Porém, somente em relação a pessoa natural presume-se a necessidade.

34. A atuação social e coletiva foi consolidada após a Emenda Constitucional n. 80/94, que conferiu novo texto ao caput do art. 134, da Constituição Federal. Assim, de acordo com o texto constitucional, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. No mesmo sentido, inúmeros dispositivos da LC n. 80/94 estabelecem a atuação da instituição na defesa dos interesses e direitos metaindividuais. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, devemos realizar uma interpretação ampliativa ao termo necessitado, nele incluindo os organizacionais.

b) Em que pese a ausência de previsão legal expressa na Lei nº 8429/92, há precedente de atuação da Defensoria Pública para ajuizar ação de improbidade administrativa, justificando-se por meio de uma interpretação conjunta do microsistema formado pelas normas que envolvem ações coletivas, bem como por meio de uma interpretação sistemática das normas que tratam da Defensoria Pública.

c) A Lei n. 13.300/2016 estabelece a legitimidade expressa da Defensoria Pública para atuar na tutela coletiva.

d) O resultado da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.943 coloca um termo final à discussão acerca da legitimidade da Defensoria Pública para atuar na tutela coletiva, a qual possui atribuição para a tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, bastando a comprovação prévia da pobreza do público-alvo.

e) A Defensoria Pública pode atuar de forma coletiva - judicial e extrajudicialmente.

35. Acerca dos modelos de assistência jurídica, considere as afirmativas abaixo para, ao final responder as alternativas:

I – O modelo pro bono prevaleceu no Brasil colonial;

II – Na doutrina, há quem defenda uma subdivisão do modelo pro bono em direto e indireto.

III – No modelo judicare, temos servidores públicos remunerados pelo estado.

IV – Não há quem defenda a existência de um modelo socialista, uma vez que inexiste classes sociais em sistemas socialistas.

Estão corretas a(s) afirmativa(s):

a) I, II e IV.

b) I e II.

c) IV.

d) I e IV.

e) I

36. A Defensoria Pública possui íntima relação com o tema acesso à justiça. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A terceira onda de acesso à justiça refere-se à tutela coletiva, possuindo íntima relação com a Defensoria Pública, notadamente quanto a sua função na defesa dos vulneráveis organizacionais.

b) Um dos temas abordados na quarta onda do acesso à justiça refere-se a como os operadores do Direito interpretam o ordenamento jurídico em prol de ideais éticos e de uma democracia social.

c) A quinta onda de acesso à justiça se refere à ideia de globalização e interesses que transcendem o sistema jurídico interno de determinado país, a exemplo da questão envolvendo os Direitos Humanos.

d) A primeira onda de acesso à justiça pode ter como exemplo a assistência jurídica integral e gratuita.

e) Erradicar a pobreza e a marginalização, bem como reduzir as desigualdades sociais, colocando os interesses da população em situação de hipervulnerabilidade econômica e social na frente de quaisquer interesses individuais ou corporativos relaciona-se com a quarta onda de acesso à justiça.

37. A questão inerente à autonomia da Instituição sempre é objeto de debate nos Tribunais Superiores. Sobre o tema, marque a alternativa INCORRETA:

a) Está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal questão envolvendo a obrigatoriedade ou não de o defensor público ser obrigado a ser inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil para exercer suas atividades.

b) Fora reconhecida a repercussão geral, no Supremo Tribunal Federal, no que tange ao pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público ao qual se vincula, uma vez que as Emendas Constitucionais nº 74/2013 e nº 80/2014, que asseguraram autonomia administrativa às Defensorias Públicas, representaram alteração relevante do quadro normativo, o que justifica a rediscussão da questão.

c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, norma estadual que atribui à Defensoria Pública do estado a defesa judicial de servidores públicos estaduais processados civil ou criminalmente em razão do regular exercício do cargo não extrapola o modelo da Constituição Federal (art. 134), uma vez que a expressão necessitados deve ser interpretada de forma ampla.

d) Em razão da autonomia institucional, o Defensor Público-Geral não deve estar subordinado ao Governador do Estado.

e) As defensorias não são obrigadas a firmar, obrigatoriamente, convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil.

38. A Defensoria, nos termos do art. 134, da Constituição Federal, é a instituição responsável pela promoção dos Direitos Humanos, sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

a) O combate à corrupção também é atribuição da Defensoria Pública, mas é defeso o ajuizamento de ação de improbidade administrativa.

b) Toda pessoa tem o direito irrenunciável de ser assistido por um defensor proporcionado pelo Estado, remunerado ou não, segundo a legislação interna, se o acusado não se defender ele próprio, nem nomear defensor dentro do prazo estabelecido pela lei, conforme o Protocolo de San Salvador.

c) O defensor público interamericano será nomeado para o hipossuficiente que não tiver condições de arcar com as despesas de advogado.

d) As 100 Regras sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade possuem elementos exemplificativos do que pode constituir a vulnerabilidade. Assim, em que pese a ausência de previsão expressa acerca dos refugiados, trata-se de grupo vulnerável que poderá ser tutelado pela Defensoria Pública, uma vez que encontra dificuldades especiais para exercer plenamente perante o sistema de justiça os direitos reconhecidos pela ordem jurídica.

e) A OEA possui algumas resoluções acerca do acesso à justiça e à Defensoria Pública. Sobre o tema, um dos pontos importantes das resoluções refere-se a importância da adoção de um modelo público de assistência jurídica.

39. Sobre as Emendas Constitucionais que tratam da Defensoria Pública, assinale a alternativa INCORRETA somente no que tange à autonomia:

a) A Emenda Constitucional n. 74 apenas tratou da autonomia da Defensoria Pública da União.

b) A Emenda Constitucional n. 69 apenas tratou da autonomia da Defensoria Pública do Distrito Federal.

c) A Emenda Constitucional n. 45 apenas tratou da autonomia da Defensoria Pública dos Estados.

d) A Emenda Constitucional n. 80 reforçou a autonomia da Defensoria Pública como um todo.

e) De acordo com a EC n. 80, o Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, passou a ter uma seção exclusiva para a Advocacia (seção III) e outra exclusiva para a Defensoria Pública (seção IV).

40. Em relação à Lei Complementar n. 80/94 e suas alterações, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Buscando efetivar a autonomia da Defensoria Pública, a LC n. 80/94, de forma expressa, diz que cabe à Instituição elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos, bem como compor os seus órgãos de administração superior e de atuação.

b) A Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes e aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo para consolidação e encaminhamento ao Poder Legislativo.

c) Cabe à Defensoria abrir concurso público e prover os cargos de suas Carreiras e dos serviços auxiliares.

d) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a autonomia institucional.

e) Se a proposta orçamentária for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na LC n. 80/94, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fim de consolidação da proposta orçamentária anual.

DIREITO CIVIL

41. Com relação ao entendimento jurisprudencial acerca dos direitos da personalidade, é correto afirmar:

a) O dano moral extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou da coletividade como realidade massificada, sendo necessária a demonstração de dor, da repulsa, da indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado.

b) A imunidade conferida ao advogado para o pleno exercício de suas funções não possui caráter absoluto, devendo observar os parâmetros da legalidade e da razoabilidade, porém abarca violações de direitos da personalidade, notadamente da honra e da imagem de outras partes ou de profissionais que atuem no processo.

c) A voz humana não encontra proteção nos direitos da personalidade como direito autônomo, apenas como parte integrante do direito à imagem ou do direito à identidade pessoal.

d) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, assentado no princípio da dignidade da pessoa humana.

e) Os pedidos de remoção de conteúdo de natureza ofensiva a direitos da personalidade das páginas de internet, seja por meio de notificação do particular ou de ordem judicial, independem da localização inequívoca da publicação, correspondente ao material que se pretende remover.

42. De acordo com a legislação civil, podem ser admitidos como testemunhas:

a) os menores de dezesseis anos.

b) as pessoas com deficiência.

c) os colaterais, até o terceiro grau de alguma das partes, por consangüinidade, ou afinidade.

d) o inimigo capital das partes.

e) os cônjuges, os ascendentes, os descendentes.

43. No que diz respeito à filiação, é correto afirmar:

a) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não refuta a presunção da paternidade.

b) Não basta o adultério da mulher, salvo se confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

c) O reconhecimento não pode ser revogado, nem mesmo quando feito em testamento.

d) O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob a guarda do genitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram e não houver acordo, sob a de quem primeiro reconheceu.

e) O filho maior não pode ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos dois anos que se seguirem à maioridade, ou à emancipação.

44. No que se refere ao dever alimentar: I - Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação, ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas. II - A pretensão creditícia ao reembolso de despesas alimentícias efetuadas por terceiro, no lugar de quem tinha a obrigação de prestar alimentos, por equiparar-se à gestão de negócios, é de direito comum e prescreve em três anos. III - Cabe prisão civil do inventariante em virtude do descumprimento pelo espólio do dever de prestar alimentos. IV - A obrigação de prestar alimentos é personalíssima, intransmissível e extingue-se com o óbito do alimentante, cabendo ao espólio saldar, tão somente, os débitos alimentares preestabelecidos mediante acordo ou sentença não adimplidos pelo devedor em vida, ressalvados os casos em que o alimentado seja herdeiro, hipóteses nas quais a prestação perdurará ao longo do inventário.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) II e IV.

45. Caberá ao cônjuge, em concorrência com os descendentes, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer:

- a) quinhão em dobro ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança houver deixado bens particulares.
- b) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação total de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança houver deixado bens particulares.
- c) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança, independente do regime de bens.
- d) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à terça parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação total de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares.
- e) quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens; ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares

DIREITO EMPRESARIAL

46. Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

47. Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- a) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- b) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.
- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens ou separação obrigatória.
- d) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.
- e) Todas as alternativas estão adequadas.

48. De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que a empresa se perfaz

a) no sujeito praticante da atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e com busca de lucro.

b) na própria atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e busca de lucro.

c) no ato de comércio propriamente dito.

d) local onde se desenvolve a atividade empresarial.

e) Todas as alternativas estão adequadas.

DIREITO DO CONSUMIDOR

49. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Nesse sentido, é correto afirmar:

a) A jurisprudência do STJ afirma que o conceito de consumidor deve ser interpretado de forma extensiva e que deve ser considerado destinatário final o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica, bem como o consumo intermediário.

b) Pela teoria maximalista, fica excluído da proteção do CDC o consumo intermediário, assim entendido como aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo (e, portanto, o preço final) de um novo bem ou serviço.

c) A jurisprudência do STJ, tomando por base o conceito de consumidor por equiparação previsto no CDC, tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado, consistente em se admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade.

d) A doutrina tradicionalmente aponta a existência de duas modalidades de vulnerabilidade, qual seja, a técnica, consistente na ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo, e a econômica.

e) Numa relação interempresarial, diante da ausência de vulnerabilidade econômica, é inviável a relação de dependência de uma das partes frente à outra, impedindo a equiparação da pessoa jurídica compradora à condição de consumidora.

50. Com relação à caracterização das relações consumeristas, é correto afirmar:

a) O Código de Defesa do Consumidor é inaplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

b) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades abertas.

c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

d) O Código de Defesa do Consumidor é inaplicável às instituições financeiras.

e) A relação entre concessionária de serviço público e o usuário final para o fornecimento de serviços públicos essenciais é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Maria, 18 anos, procura a Defensoria Pública do Estado de Goiás para propor cumprimento de sentença que fixou alimentos em face de seu genitor, que não paga as parcelas devidas há mais de 02 anos. Nesse sentido, assinale a alternativa correta:

- a) O cumprimento de sentença é inviável, eis que a pretensão de Maria foi atingida pela prescrição.
- b) Caso Maria queira cobrar todo o valor devido, não será cabível a prisão do executado, já que esta somente é autorizada para a cobrança das 03 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da execução.
- c) O cumprimento da decisão deverá ser promovido no domicílio do devedor.
- d) Não será possível cobrar os alimentos, pois a legislação prevê que o atingimento da maioria civil exonera o devedor da obrigação.
- e) Caso o genitor de Maria alegue desemprego, não será possível a cobrança do débito.

52. Assinale a alternativa correta a respeito da atuação da Defensoria Pública como curadora especial:

- a) O defensor deve apresentar impugnação específica dos fatos quando atuar nessa condição.
- b) No CPC de 2015, a curadoria especial é função institucional tanto da Defensoria Pública quanto do Ministério Público.
- c) Quando atua na condição de curadora especial, há possibilidade de apresentar reconvenção em favor do réu cujos interesses está defendendo.
- d) O recurso interposto pela Defensoria, na qualidade de curadora especial, precisa de preparo.
- e) As hipóteses de atuação do curador especial limitam-se à fase de conhecimento.

53. Acerca da jurisdição e dos princípios informativos do processo civil, assinale a opção correta.

- a) No âmbito do processo civil, admite-se a renúncia, expressa ou tácita, do direito atribuído à parte de participar do contraditório.
- b) A jurisdição voluntária se apresenta predominantemente como ato substitutivo da vontade das partes.
- c) A carta precatória constitui exceção ao princípio da indeclinabilidade da jurisdição.
- d) A garantia do devido processo legal se limita à observância das formalidades previstas no CPC.
- e) O princípio da adstrição atribui à parte o poder de iniciativa para instaurar o processo civil.

54. Quanto à teoria das fontes no Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, os precedentes vinculantes são considerados fontes formais mediatas do processo civil.
- b) A doutrina e a jurisprudência são consideradas fontes não formais do direito processual civil.
- c) Os costumes não podem ser considerados como uma fonte do direito.
- d) A equidade pode ser utilizada no direito apenas quando houver expressa previsão legal. Contudo, o NCPC não previu nenhuma hipótese em que ela é aplicável.
- e) Em decorrência do neoconstitucionalismo e das repercussões desse fenômeno no processo civil, a doutrina moderna entende que as fontes formais imediatas do direito processual incluem a lei lato sensu, os princípios e a jurisprudência.

55. De acordo com as regras transitórias de direito intertemporal estabelecidas no novo Código de Processo Civil,

a) uma ação de nunciação de obra nova que ainda não tenha sido sentenciada pelo juízo de primeiro grau quando do início da vigência do Novo Código de Processo Civil, seguirá em conformidade com as disposições do Código de Processo Civil de 1973.

b) as ações que foram propostas segundo o rito sumário antes do início da vigência do novo Código de Processo Civil, devem ser adaptadas às exigências da nova lei instrumental, à luz do princípio da imediata aplicação da lei processual nova.

c) as disposições de direito probatório do novo Código de Processo Civil aplicam-se a todas as provas que forem produzidas a partir da data da vigência do novo diploma processual, independentemente da data em que a prova foi requerida ou determinada a sua produção de ofício.

d) caso uma ação tenha sido proposta durante a vigência do Código de Processo Civil de 1973 e sentenciada já sob a égide do novo Código de Processo Civil, resolvendo na sentença questão prejudicial cuja resolução dependa o julgamento do mérito expressa e incidentalmente, tal decisão terá força de lei e formará coisa julgada.

e) o novo Código de Processo Civil autoriza, sem ressalvas, a concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública, derogando tacitamente as normas que dispõem em sentido contrário.

56. Marque a alternativa incorreta a respeito da competência:

a) Para as ações de divórcio, será competente o foro do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz.

b) Compete à Justiça Federal processar e julgar causa relativa à mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

c) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

e) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

57. Sobre o benefício da justiça gratuita, analise os itens abaixo:

I) Apenas faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica sem fins lucrativos, hipótese na qual se presume a sua miserabilidade.

II) Quando o pagamento da perícia for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, caberá à Defensoria Pública arcar com o seu custeio.

III) Requerida a concessão de gratuidade da justiça em recurso, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento do preparo, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) As afirmativas I e II estão corretas.

c) As afirmativas II e III estão corretas.

d) Apenas a afirmativa III está correta.

e) Nenhuma das anteriores.

58. A doutrina majoritária atual, com base no disposto no Código de Processo Civil, classifica os pressupostos processuais como positivos ou negativos, sendo os positivos divididos em pressupostos de existência e de validade. Sobre o tema, considerando o entendimento doutrinário, são pressupostos

a) positivos de existência: compromisso arbitral, citação válida e competência.

b) positivos de validade: jurisdição, demanda e legitimidade processual.

c) positivos de validade: demanda, capacidade postulatória e compromisso arbitral.

d) negativos de validade: inexistência de preempção, litispendência e coisa julgada.

e) positivos de existência: legitimidade processual, citação e jurisdição.

59. No que diz respeito ao valor da causa previsto no Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) Na ação indenizatória fundada em dano moral, corresponderá ao valor pretendido.
- b) Na ação de alimentos, o valor da causa é a soma das três últimas prestações pedidas pelo autor.
- c) Na ação em que os pedidos são alternativos, o de maior valor será o valor da causa.
- d) Na ação em que houver pedido subsidiário, o valor da causa será o do pedido principal.
- e) Na ação em que houver cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma de todos eles.

60. Sobre o direito probatório, assinale a alternativa incorreta.

- a) A dimensão subjetiva do ônus da prova estabelece a quem cabe o ônus de provar. Em regra, cabe ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito, enquanto ao réu caberá a prova dos fatos extintivos, modificativos e impeditivos do direito do autor.
- b) A perspectiva objetiva do ônus da prova busca definir o resultado da demanda sempre que o juiz não tenha provas suficientes, pelo que, sob essa ótica, o ônus da prova é visto como regra de julgamento.
- c) Para que o juiz determine as provas necessárias ao julgamento do mérito é preciso sempre que a parte as requeira, tendo em vista o princípio da inércia jurisdicional.
- d) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- e) O direito processual civil incorpora a regra da atipicidade dos meios de prova, desde que os meios empregados pelas partes sejam legais e moralmente legítimos.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

61. A Defensoria Pública do Estado de Goiás ajuizou ação civil pública em face de operadora de plano de saúde, em razão do aumento abusivo das mensalidades para idosos. Em contestação, a operadora pugnou pela extinção do feito sem resolução do mérito, em razão da inépcia da inicial, considerando que o pedido formulado pela Defensoria era genérico. Nessa situação,

- a) o magistrado deverá acolher o pleito da ré e extinguir o feito sem resolução de mérito.
- b) será possível que a DPE-GO adite a inicial, mesmo depois de oferecida a contestação.
- c) o magistrado deverá extinguir o feito com resolução de mérito, julgando improcedente o pedido.
- d) o feito deverá ser extinto em razão da ilegitimidade da DPE para ajuizar a ação.
- e) a ação deverá prosseguir, pois não há vedação à formulação de pedido genérico.

62. As ações coletivas para a recomposição do dano sofrido devem ser ajuizadas no foro

- a) do local do dano e é prorrogável.
- b) do domicílio do autor e é prorrogável.
- c) da sede de qualquer um dos legitimados ativos e é prorrogável.
- d) do domicílio do réu e é prorrogável.
- e) de escolha do autor e é prorrogável.

63. Em relação à ação de improbidade, analise os seguintes itens:

I. Os agentes políticos, com exceção do Presidente da República, encontram-se sujeitos a duplo regime sancionatório, de modo que se submetem tanto à responsabilização civil pelos atos de improbidade administrativa quanto à responsabilização político-administrativa por crimes de responsabilidade

II. Na ação civil pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público, a presença de indícios de cometimento de atos previstos na Lei nº 8.429/1992 autoriza o recebimento da petição inicial, pois deve prevalecer, na fase inicial, o princípio do *in dubio pro societate*.

III. A medida cautelar de indisponibilidade dos bens do demandado está condicionada à comprovação de que o réu está dilapidando o seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo, pois é necessária a demonstração do *periculum in mora*

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) Apenas o item III é falso.
- c) Apenas os itens I e II são falsos.
- d) Apenas I é verdadeiro.
- e) Todos são falsos.

64. No que diz respeito à tutela em juízo dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, julgue os itens a seguir.

I. A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública que vise promover a tutela judicial de direitos coletivos de que sejam titulares quaisquer grupos de pessoas ligadas por uma relação jurídica com a parte contrária.

II. A sentença de improcedência proferida em ação civil pública que tenha por objeto a defesa de interesses coletivos formará coisa julgada *secundum eventum probationis*.

III. Inexiste litispendência entre ações individuais e ação civil pública coletiva que tenham objetos idênticos.

IV. A sentença prolatada em ação civil pública proposta por entidade associativa na defesa dos interesses dos seus associados abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

65. A respeito da propositura do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa correta.

- a) Ele seguirá o rito do mandado de segurança comum, por falta de sistematização legal.
- b) Não poderá ser concedida medida liminar se a pessoa jurídica de direito público abster-se de se manifestar.
- c) Não é possível a execução individual da sentença coletiva pelos associados, exceto se houver autorização da associação.
- d) A extensão subjetiva da coisa julgada em mandado de segurança coletivo varia conforme o resultado da lide.
- e) Induz a litispendência para as ações individuais, quando tratar da defesa dos mesmos direitos.

66. Sobre o mandado de injunção, analise as alternativas:

I. O mandado de injunção pode ser individual ou coletivo, podendo, nesse último caso, ser promovido pela Defensoria Pública.

II. Uma vez transitada em julgado a decisão final, o relator poderá, monocraticamente, estender seus efeitos a casos análogos.

III. De acordo com o STF, o mandado de injunção não é o meio processual adequado para questionar a efetividade e a abrangência da lei regulamentadora.

Estão corretos os itens:

a) I, II e III

b) I e II

c) I e III

d) III

e) Nenhum dos itens.

67. Assinale a alternativa incorreta:

a) A execução de multa diária por descumprimento de obrigação de fazer, fixada em liminar de ação popular e de ação civil pública, pode ser realizada nos próprios autos, razão pela qual não carece do trânsito em julgado da sentença final condenatória.

b) A competência para julgar ação popular contra ato de qualquer autoridade, até mesmo do Presidente da República, é, via, de regra, do juízo competente do primeiro grau.

c) A não ser quando há comprovação de má-fé do autor da ação popular, não pode ele ser condenado nos ônus das custas e da sucumbência.

d) Se o autor desistir da ação popular ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

e) É possível a declaração incidental de inconstitucionalidade em ação popular, desde

que a controvérsia jurisdicional não figure como pedido, mas como causa de pedir.

68. São requisitos para a aplicação da teoria da encampação no mandado de segurança:

a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.

b) inexistência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.

c) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

d) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição, apenas.

e) Ausência de manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas e existência de vínculo hierárquico entre autoridade que prestou informações e que a ordenou a prática do ato impugnado.

69. A respeito do habeas corpus e do habeas data, a Constituição Federal estabelece que:

a) compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.

b) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, entre outros.

c) compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em recurso ordinário, os habeas data decididos em única ou última instância pelos tribunais dos Estados e do Distrito Federal, quando a decisão for denegatória.

d) cabe habeas data ainda que não haja recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

e) conceder-se-á habeas corpus para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

70. Sobre a remessa necessária no processo coletivo, julgue as seguintes assertivas:

I - No mandado de segurança, a remessa necessária se dá nas hipóteses de sentença de não concessão da ordem.

II - De acordo com o STJ, não se aplica o reexame necessário no caso ação civil pública relacionada à direito individual homogêneo.

III - Na ação popular, o reexame necessário se dá no caso de procedência do pedido ou carência da ação.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão incorretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas III está correta.
- e) Apenas II está correta.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

71. Para a apuração de ato infracional foi imposta medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade ao adolescente Pedro. Elaborado plano individual para o cumprimento da medida, os autos foram encaminhados ao defensor do adolescente que, no prazo de 5 dias após o recebimento do plano, apresentou impugnação. Pode-se afirmar que, nesse caso:

- a) O cumprimento da medida será executado nos próprios autos do processo de conhecimento, e, por isso, a impugnação ao plano individual não irá, em regra, suspender a execução do plano.
- b) O cumprimento da medida deve ocorrer mediante a constituição de processo de execução e a impugnação não deve ser admitida, porque intempestiva.

c) O cumprimento da medida deve ocorrer mediante a constituição de processo de execução e a impugnação deve ser admitida, apesar de não suspender, em regra, a execução do plano individual.

d) O cumprimento da sentença será executado nos próprios autos do processo de conhecimento, e a impugnação deve ser admitida, suspendendo, em regra, a execução do plano individual.

e) No caso de medida aplicada em sede de remissão como forma de suspensão do processo, a medida será aplicada nos próprios autos do processo de conhecimento.

72. O Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública contra o Estado do Mato Grosso do Sul perante uma Vara Especializada da Infância e da Juventude, pleiteando o fornecimento imediato de um alimento específico a uma criança de 5 anos de idade, que foi encontrada em situação de rua, subnutrida. Nesse caso, ao receber a inicial, o juiz:

- a) deverá remeter os autos a uma das Varas da Fazenda Pública, considerando, em especial, a natureza da demanda e a presença do Estado no polo passivo.
- b) deverá rejeitar a inicial, uma vez que o Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública em benefício de apenas uma criança.
- c) poderá conceder tutela antecipada em benefício do autor, desde que haja audiência prévia.
- d) poderá conceder tutela liminarmente, bem como fixar multa diária independentemente de pedido do autor, fixando prazo de cinco dias para cumprimento.
- e) poderá conceder tutela liminarmente, bem como fixar multa diária independentemente de pedido do autor, sendo que os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.

73. Considerando as disposições constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Resolução Conanda 113/2006, é correto afirmar:

a) Os conselhos tutelares têm suas atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, não podendo ser instituídas novas atribuições em Regimento Interno ou em atos administrativos semelhante de quaisquer outras autoridades.

b) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar exige-se reconhecida idoneidade moral e reputação ilibada, idade igual ou superior a vinte e um anos e residência no município.

c) Os conselhos tutelares são órgãos não contenciosos e não-jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente através da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e através da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis

d) Os conselhos tutelares deverão comunicar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para acompanhar os autos de apuração de ato infracional, quando houver fundada suspeita da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos do adolescente, no sentido de providenciar as medidas específicas de proteção de direitos humanos, prevista em lei e cabível.

e) É vedado ao Conselho Tutelar aplicar e ou executar qualquer das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

74. Considere as seguintes situações hipotéticas:

1) Em ação ajuizada pelo Ministério Público Estadual com o intuito de regularizar a situação de um Centro de Reeducação Social, o magistrado concedeu liminar para determinar que o Estado do Mato Grosso do Sul apresentasse, em 30 dias, projeto de correção das irregularidades no centro de internação provisória local.

2) Em outro procedimento, o juiz de primeira instância impôs obrigação de fazer ao Município, para que fosse obrigado a matricular uma criança de quatro anos de idade em creche próxima a sua residência.

Nesses casos, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que

a) o juiz agiu incorretamente no primeiro caso e corretamente no segundo caso.

b) o juiz agiu corretamente no primeiro caso e incorretamente no segundo caso.

c) o juiz agiu corretamente em ambos os casos.

d) o juiz agiu incorretamente em ambos os casos, uma vez que adentrou no campo da discricionariedade da Administração Pública.

e) o juiz agiu incorretamente em ambos os casos: no primeiro, por ausência de legitimidade da parte ativa; no segundo, por ter adentrado no campo da discricionariedade da Administração Pública.

75. Observe as seguintes assertivas:

I. A criança e o adolescente têm direito ao acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica;

II. É dever das instituições públicas de ensino assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas, sendo tal prática educativa facultada às instituições privadas de ensino;

III. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

IV. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Ministério Público os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.

Considerando as regras dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente, estão CORRETAS as seguintes assertivas.

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) I apenas.
- e) I e IV.

76. Considere as seguintes assertivas acerca da evolução histórica do Direito da Criança e do Adolescente:

I. Com a transição da doutrina da Situação Irregular para a doutrina da Proteção Integral, cujo marco é a entrada em vigor da Constituição da República de 1988 e a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foram ampliados os poderes normativos do Juízo da Vara da Criança e do Adolescente, anteriormente denominado como “Juízo de Menores”

II. A doutrina tradicional estabelece três fases históricas relativas ao tratamento dos jovens pela legislação: a doutrina da absoluta indiferença, a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral.

III. O primeiro mecanismo de Direito Internacional que tratou especificamente dos direitos das crianças foi a Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças aprovada em 1921.

IV. A Constituição da República de 1934 foi a primeira a prever expressamente a proteção aos direitos da juventude.

- a) I, III e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

77. Assinale a alternativa em conformidade com a Lei 12.594/2012:

a) Compete à União criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.

b) Ao Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente compete as funções executiva e de gestão do Sinase.

c) O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo será submetido à Deliberação pela Secretaria de Educação Estadual.

d) Compete aos Estados estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

e) A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 anos.

78. Pedro, adolescente, cumpria medida socioeducativa de internação quando praticou ato infracional de natureza grave nas dependências da entidade de atendimento em que cumpria medida socioeducativa. Por esse motivo, a autoridade, após a devida apuração, aplicou medida isolamento ao adolescente. Nesse caso, pode-se afirmar que:

a) É possível, em tese, a aplicação de medida de isolamento a adolescente, desde que seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 horas.

b) É possível, em tese, a aplicação de medida de isolamento a adolescente, desde que seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 48 horas.

c) Não é possível a aplicação de medida de isolamento ao adolescente, por violar seus direitos fundamentais previstos na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) O defensor, o adolescente e seus pais ou responsável são os únicos legitimados a postular a revisão judicial da sanção disciplinar aplicada.

e) A sanção disciplinar de isolamento não precisa ter duração previamente determinada, podendo durar enquanto persistirem as razões que levaram ao isolamento.

79. Assinale a alternativa em consonância com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

a) Por ausência de previsão legal, o Superior Tribunal de Justiça entende que a Defensoria Pública não pode ter acesso aos autos de procedimento verificatório instaurado para inspeção judicial e atividade correicional de unidade de execução de medidas socioeducativas.

b) Segundo o STJ, a teoria do adimplemento substancial não tem aplicação em aplicação em obrigações de natureza alimentar.

c) O menor sob guarda não tem direito à concessão do benefício de pensão por morte do seu mantenedor, ainda que comprovada sua dependência econômica.

d) A Vara de Violência Doméstica não tem, em situação alguma, competência para decidir acerca do direito de guarda de criança e autorização para viagem, pois a competência para tais assuntos é absoluta da Vara da Criança e do Adolescente.

e) O Superior Tribunal de Justiça entende que são necessárias ao menos duas passagens anteriores pela Vara da Infância da Juventude para que seja configurada a reiteração suficiente para a decretação de medida de internação.

80. Analise os seguintes itens

I. A lei 13.431/2017 se aplica exclusivamente a crianças e adolescentes, ou seja, pessoas com até 18 (dezoito) anos de idade.

II. O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 anos e em caso de violência sexual.

III. Os órgãos responsáveis pela organização judiciária poderão criar juizados ou varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente. Até a implementação, o julgamento e execução das causas decorrentes de práticas de violência deverão ficar a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins.

IV. Considera-se Depoimento Especial o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei 13.431/2017, que trata dos direitos e garantias da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, assinale a alternativa que contém as assertivas corretas.

a) I e II.

b) II e IV.

c) I, II, III e IV.

d) II apenas.

e) II e III.

DIREITO PENAL

81. João pegou a bolsa de Maria, em um momento de distração da vítima, e saiu correndo. Depois de perceber que não havia dinheiro nem celular, colocou fogo na bolsa, que foi avaliada em R\$ 5.000,00. João praticou:

- a) O crime de furto e de dano, em concurso material.
- b) O crime de furto e de dano, em concurso formal.
- c) O crime de furto, não respondendo pelo dano em decorrência do princípio da consunção.
- d) O crime de furto, não respondendo pelo dano em decorrência do princípio da especialidade.
- e) O crime de roubo, porque a distração configura outro meio de diminuir a capacidade de resistência da vítima.

82. Assinale a alternativa incorreta sobre princípios:

- a) A infração bagatelar própria está ligada ao desvalor do resultado e (ou) da conduta e é causa de exclusão da tipicidade material do fato; já a imprópria exige o desvalor ínfimo da culpabilidade em concurso necessário com requisitos post factum que levam à desnecessidade da pena no caso concreto.
- b) O princípio do ne bis idem está expressamente previsto na CF e preconiza a impossibilidade de uma pessoa ser sancionada ou processada duas vezes pelo mesmo fato, além de proibir a pluralidade de sanções de natureza administrativa sancionatórias.
- c) O princípio da legalidade penal, do qual decorre o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.
- d) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.

e) Conforme entendimento do STJ, o princípio da adequação social não justifica o arquivamento de inquérito policial instaurado em razão da venda de CDs e DVDs.

83. Assinale a alternativa INCORRETA sobre as teorias acerca da função da pena:

a) Teoria absoluta: a finalidade da pena é a punição do agente. A pena representa a resposta do Estado para aquele que praticou uma infração penal. É a retribuição ou o castigo que devem ser aplicados a quem violou a norma. Roxin aponta que Kant foi um importante defensor da teoria, ao fundamentar as ideias de retribuição e justiça como leis válidas que deveriam ser invioláveis e sempre cumpridas.

b) Prevenção geral negativa: a pena deve coagir toda a sociedade, psicologicamente. A simples cominação das penas representa uma ameaça para o caso de violação das normas penais, servindo de coerção para que sejam respeitadas.

c) Prevenção especial negativa: a pena busca evitar que o agente volte a delinquir. Deste modo, o encarceramento, por exemplo, evita a reincidência durante o período de sua duração.

d) Teoria correccionalista: Entende que a lei penal é um imperativo categórico, chegando a afirmar que “se perece a justiça, não tem valor algum que os homens vivam sobre a Terra”. Calus Roxin aponta que Hegel não reconhecia metas preventivas, como de intimidação e correção, como fins da pena. Hegel defendia que o crime era a negação do Direito, de modo que a pena seria a negação de tal negação.

e) Prevenção geral positiva: a pena visa a demonstrar a todos a eficácia da lei. Deste modo, as penas são a demonstração de que a norma é eficaz, por estar acompanhada de uma sanção para o caso de seu descumprimento.

84. Assinale a alternativa correta sobre as alterações levadas a efeito pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime:

a) Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

b) O crime de roubo passou a ser majorado, com aumento de pena de um terço, se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca.

c) Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução fiscal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.

d) A prescrição não corre na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, independentemente da sua admissibilidade.

e) O condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, deve cumprir mais de dois terços da pena para obtenção do livramento condicional.

85. Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

a) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

c) Pode-se declarar a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

d) Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas.

e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

86. Assinale a alternativa correta sobre o crime do artigo 122 do Código Penal:

a) A punição depende da ocorrência de lesão corporal grave ou morte, razão pela qual a doutrina majoritária não aceita a tentativa.

b) O auxílio à automutilação foi incluído como crime no Código Penal pela Lei 13.968/2019, não consistindo, entretanto, em *novatio legis* incriminadora, já que a conduta estava prevista em outro tipo penal.

c) Se o crime de que trata o § 1º deste artigo resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, incide o aumento de pena de um terço.

d) Aumenta-se a pena até o dobro se o agente é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual.

e) Se o suicídio se consuma ou da mutilação resulta morte, além de o crime ser cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, responde o agente pelo crime de homicídio, nos termos do art. 121 deste Código.

87. Analise as seguintes assertivas:

I – Por ocasião da aplicação da pena, no concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes, a compensação é possível, mas o juiz deve atentar para as circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

II – A pena de interdição temporária de direitos, prevista no inciso II do artigo 47 do Código Penal, não poderá ser aplicada se o crime não foi cometido com violação dos deveres inerentes à profissão, à atividade ou ao ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou de autorização do poder público.

III – Por ocasião da aplicação da pena, havendo causas de diminuição e causas de aumento, a compensação é possível, mas o juiz deve atentar para as circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.

IV - Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior após decorrido o prazo depurador de cinco anos entre a data do trânsito em julgado da sentença condenatória do crime anterior e a data da prática do crime posterior.

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

CRIMINOLOGIA

88. Em relação aos métodos de estudo e objetos da moderna Criminologia, assinale a alternativa correta.

a) Ciência empírica e interdisciplinar que tem por objeto de análise do criminoso e como controlá-lo e puni-lo, sendo basicamente uma ciência explicativa do delito.

b) Ciência do dever ser (dogmática), que se utiliza de métodos biológicos, psicológicos e sociológicos.

c) Tem como principais objetos de estudo a delinquência juvenil, a vítima, o empirismo e a interdisciplinaridade.

d) Extrapola a análise do controle social formal do crime, preocupando-se também com os sistemas informais, e, sob um ponto de vista crítico, pode até mesmo defender a extinção de alguns crimes para determinadas condutas.

e) Utiliza como métodos de estudo o controle social do criminoso, como forma de impedir a reincidência.

89. Assinale a alternativa que resume um dos principais postulados da Escola Clássica da Criminologia:

- a) Responsabilidade penal decorrente do livre arbítrio.
- b) Responsabilidade penal decorrente do determinismo.
- c) Comprovação da criminalidade real e criminalidade revelada.
- d) Método experimental, caracterizado pela observação do mundo real.
- e) A pena indeterminada com finalidade de defesa social.

90. O pensamento criminológico moderno é influenciado por dois sistemas de pensamento, sendo um de fundo funcionalista e outro argumentativo, representados de forma exemplificativa pela Escola de Chicago e pela Teoria Crítica, respectivamente. Podemos considerar estes sistemas como:

- a) Teorias de Consenso e Teorias de Dissenso
- b) Teorias de Amor e Teorias de Luta
- c) Teorias de Consenso e Teorias de Conflito
- d) Escola Positiva e Escola Clássica
- e) Escola Dedutiva e Escola Indutiva

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91. O instituto da busca e apreensão no processo penal é procedimento de natureza eminentemente cautelar, com previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, sendo medida restritiva de direitos individuais com o objetivo de acautelamento. É medida excepcional por implicar tanto a quebra da inviolabilidade do domicílio, quanto a inviolabilidade pessoal, em face das garantias constitucionais previstas no art. 5.º, incisos e X e XI, da Constituição Federal. Nesse sentido é correto afirmar que

a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal, entendendo-se a primeira como aquela realizada em residência, bem como em qualquer compartimento habitado, ou aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto ao público, no qual alguém exerça profissão ou atividade.

b) A busca pessoal é aquela realizada na própria pessoa, em contato direto com o corpo humano ou pertences íntimos ou exclusivos do indivíduo, como bolsas, malas, veículos, inclusive podendo ser realizada no aparelho celular e informações nele contidas do averiguado, independentemente de mandado judicial.

c) Em se tratando de busca pessoal e havendo fundadas razões para a execução da diligência, esta poderá ser realizada apenas durante o dia, porquanto depende de autorização judicial nesse sentido.

d) A busca domiciliar somente se dará no horário noturno se for consentida pelo morador ou com mandado judicial. Não havendo consentimento deste ou não existindo autorização judicial, a diligência somente poderá ser executada durante o dia, ainda que haja flagrância delitiva.

e) a busca pessoal não depende de autorização judicial para o seu cumprimento, mas apresenta como requisito essencial e indispensável a certeza de que o indivíduo porte consigo ou em seus pertences armas, instrumentos do crime, objetos necessários à prova do fato delituoso, entre outros.

92. Sobre as decisões na primeira fase do Júri, assinale a alternativa correta:

a) A sentença será de desclassificação quando o magistrado se convencer que não existem indícios suficientes que atribuam a autoria ao acusado.

b) A sentença de absolvição sumária dá-se quando o juiz se convencer, em discordância com a acusação, da existência de crime diverso dos da competência do Tribunal do Júri, e não for competente para o julgamento.

c) A sentença será de pronúncia quando o magistrado ficar convencido da possibilidade de ter havido crime doloso contra a vida e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação do acusado.

d) A sentença de impronúncia é oriunda do reconhecimento da inexistência do fato, ou por não ser o acusado autor ou partícipe do delito, ou o fato não constituir infração penal ou ainda ficar demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão de crime.

e) A decisão de desclassificação e de impronúncia são hábeis a inaugurar a segunda fase do rito do Júri.

93. Marque a assertiva correta:

a) Em caso de ação penal privada, oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 60 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.

b) Em caso de ação penal privada, oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 30 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, devendo então promover nova queixa-crime.

c) Em caso de ação penal privada, oferecida denúncia perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 30 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.

d) Em caso de ação penal privada, oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, em caso de falecimento do querelante, se o cônjuge, ascendente, descendente ou o irmão não comparecerem em juízo para prosseguir no processo, no prazo de 30 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, devendo o querelado requerer a extinção da punibilidade.

e) Em caso de ação penal privada, oferecida queixa-crime perante a autoridade judiciária competente e iniciada a ação penal, se o querelante deixou de promover o andamento do processo por mais de 30 dias, em decorrência de sua inércia, perderá o seu direito de continuar no processo, extinguindo-se, por consequência, a punibilidade do agente.

94. Sobre as nulidades no processo penal, indique a alternativa INCORRETA:

a) Nenhum ato será declarado nulo, se a nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

b) Não ocorrerá a nulidade por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.

c) As nulidades deverão ser arguidas se verificadas após a decisão da primeira instância, nas razões de recurso ou logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes.

d) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

e) O juiz que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

95. No que diz respeito à citação, é certo que:

a) No processo penal, a citação necessariamente será real, ainda que o Acusado esteja em lugar incerto e não sabido.

b) A citação por mandado se dará por meio dos Correios.

c) A citação por carta precatória dar-se-á quando o réu está em local conhecido, mas fora da jurisdição do juízo processante.

d) A citação por carta rogatória ocorre quando o réu está em local incerto e não sabido.

e) A citação por edital dar-se-á nas situações em que o réu estiver se ocultando ou dificultando a citação.

96. Sobre o procedimento da exceção de suspeição, assinale a alternativa correta:

a) Havendo mais de uma exceção, a arguição de suspeição deverá ser julgada por último.

b) O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito ou de forma oral, declarando o motivo legal.

c) Julgada procedente a suspeição, ficarão nulos os atos do processo principal, pagando o Ministério Público as custas, no caso de erro inescusável.

d) Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada apenas por procurador com poderes especiais, , aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas.

e) É cabível a exceção de suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, as quais não poderão declarar-se suspeita em nenhuma hipótese.

**LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL
PENAL ESPECIAL**

97. A respeito da tutela penal de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, assinale a alternativa CORRETA.

a) São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir, não se admitindo exceções.

b) São permitidas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo desde que previamente autorizadas em regulamento a ser expedido pelo SINARM.

c) São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir, excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pela Polícia Federal.

d) São permitidas pelo Estatuto do Desarmamento a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo.

e) São vedadas a fabricação, a venda, a comercialização e a importação de brinquedos, réplicas e simulacros de armas de fogo, que com estas se possam confundir, excetuam-se da proibição as réplicas e os simulacros destinados à instrução, ao adestramento, ou à coleção de usuário autorizado, nas condições fixadas pelo Comando do Exército.

98. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto não poderão obter saída temporária do estabelecimento no seguinte caso:

a) visita à família;

b) frequência a curso supletivo profissionalizante, na Comarca do Juízo da Execução.

c) frequência a curso de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução.

d) falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão.

e) participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

99. Qual dos crimes contra o patrimônio previsto no Código Penal NÃO pode ser caracterizado como crime hediondo:

a) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V).

b) furto qualificado pelo concurso de agentes art. 155, § 4º, IV).

c) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo (art. 157, § 2º-A, inciso I) ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito (art. 157, § 2º-B).

d) furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum (art. 155, § 4º-A).

e) roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave ou morte (art. 157, § 3º).

100. NÃO caracteriza crime contra idoso, nos termos da Lei 10.741/2003:

a) obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.

b) negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.

c) deixar de prestar assistência à saúde a pessoa idosa por greve geral dos médicos daquele hospital.

d) deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei.

e) recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DPE-GO-22-03>



Conheça nossos cursos

Carreira Jurídica

Cursos para DPE - GO